



## RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2022 PMN

Aos 29 dias do mês de junho de 2022, às 13horas30min, reuniu-se a pregoeira com sua equipe de apoio, designados pela Portaria n 384/2021 de 14 de outubro de 2021, com intuito de analisar e julgar a impugnação do Pregão Eletrônico nº 111/2022, cujo OBJETO trata-se do PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE –PMOC, BEM COMO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO, GELADEIRAS, BEBEDOUROS E MÁQUINAS DE LAVAR E AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ASSESSÓRIOS PARA AS DIVERSAS MARCAS DE EQUIPAMENTOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AO LONGO DE 12(DOZE) MESES, SEGUNDO AS CONVENIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA, AUTÁRQUICAS E FUNDACIONAL, protocolado pela Empresa Climatiza Verde Mar Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob o n. 35.759.929/0001-83 na data de 28 de junho de 2022 às 16horas37min.

### JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO INTERPOSTO POR EMPRESA PARTICIPANTE DO CERTAME

Foi realizado pedido de RETIFICAÇÃO DO EDITAL por empresa participante do certame, nos seguintes termos:

#### PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e sua equipe, ao receberem a impugnação interposta pela Empresa Climatiza Verde Mar Ltda – ME inscrita no CNPJ sob o n. 35.759.929/0001-83 protocolado por e-mail e no balcão de atendimento da Secretaria de Administração e Logística, decidindo, portanto, recebê-lo, passando a analisá-lo, com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos. No entanto, entende que, ainda que esteja TEMPESTIVA a impugnação, por força do art. 5º, inciso XXXIV, alínea a, da Constituição Federal, deve-se a Administração analisar.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a data fixada para a abertura da sessão pública é xxxxxxxx, de forma que há pleno cumprimento de até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Diante do que foi apresentado é importante salientar que, a pregoeira e sua equipe de apoio ao analisarem os recursos poderão proceder à reconsideração de seus atos, se assim julgarem pertinente, ou a remessa à autoridade superior competente caso mantenham sua decisão inicial, conforme dispõe o Art. 109, §4º, da Lei 8.666/93.





Sabe-se, portanto, que o objetivo da Administração Pública ao iniciar um processo licitatório é exatamente obter proposta mais vantajosa para contratação de bem ou serviço que lhe seja necessário, observados os termos da legislação aplicável, inclusive quanto à promoção da máxima competitividade possível entre os interessados.

## **DAS ALEGAÇÕES RECURSAIS DA RECORRIDA**

Requer a impugnante, a retificação do edital do processo "Pregão Eletrônico n.111/2022, alegando em síntese a existência de irregularidades a serem sanadas no Edital.

## **DOS FUNDAMENTOS**

Inicialmente, informamos que todos os atos realizados por este pregoeiro, solicitados à condução do certame, vinculam-se aos termos definidos no Edital do Pregão Eletrônico 111/2022, em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, como assevera o art. 3º, da Lei nº 8666/93.

Assim, passa a Comissão esclarecer:

A Lei nº 13.589, de 04 de janeiro de 2018, em seu art. 1º, dispõe que "todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes."

A legislação não faz distinção entre sistemas de climatização mais ou menos complexos, maiores ou menores, exigindo o PMOC em todos os edifícios de uso público e coletivo.

Portanto, vemos que o Edital exigiu atestado de Capacidade Técnica, a fim de comprovar que a empresa licitante desempenha ou já desempenhou satisfatoriamente atividade pertinente e compatível em características ao objeto da licitação, isto é, para desempenhar a função objeto do contrato a empresa, obrigatoriamente, deve manter em seus quadros um responsável técnico habilitado para implementar e manter um PMOC.

**Contudo, a fim de esclarecer à empresa ora recorrente no que se refere a exigência de empresa especializada no PMOC devidamente registrada no Conselho Federal de Técnicos/Conselho Regional – CFT pode-se mencionar as exigências estabelecidas na Resolução n. 068/2019 na qual definem os profissionais Técnicos Industriais estão habilitados para elaboração do PMOC – Plano de Manutenção Operação e Controle de Sistemas de Climatização de ambiente.**

Neste contexto, o Conselho Federal dos Técnicos Industriais -CFT, editou a Resolução 068, de 24 de maio de 2019, que estabelece, em seu art. 1º: "O profissional Técnico Industrial habilitado para planejar, elaborar, executar, coordenar, controlar, inspecionar e avaliar a execução de manutenção de sistema de refrigeração e climatização, e todos os serviços do PMOC — Plano de Manutenção Operação e Controle, relacionados é o Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado,





Técnico em Mecânica e o Técnico em Eletromecânica.” Desta forma, considerando que, não há legislação que determine que o profissional engenheiro é o responsável pelo PMOC. Considerando que, há Resolução autorizando os Técnicos em Mecânica e em Eletromecânica para planejar, elaborar, executar, coordenar, controlar, inspecionar e avaliar a execução de manutenção de sistema de refrigeração e climatização, e todos os serviços do PMOC

Segundo o CFT, a medida também é baseada na Portaria 3523/98, do Ministério da Saúde, faz tal exigência aos proprietários e responsáveis pelos sistemas de climatização e não aos contratantes dos serviços, sendo que, ao exigir atestado de capacidade técnica comprovando que a empresa desempenha satisfatoriamente atividade com características ao objeto da licitação, engloba todas as exigências legais que viabilizam o funcionamento destas.

Tal exigência configura uma obrigação permanente ao exercício das atividades da empresa, constituindo-se requisito preliminar à participação no certame licitatório e será facilmente comprovado com o atestado de qualificação técnica. Isto porque, como dito acima, as empresas prestadoras de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado estão sujeitas às normas reguladoras, sendo que o atendimento de tais normas é condição para exercício de suas atividades, assim, ao apresentar os citados atestados, pode-se concluir que a empresa cumpre o regulamento que lhe é imposto.

Como já é de conhecimento dos que operam na área licitada, o PMOC objetiva a melhoria na qualidade do ar de ambientes climatizados, obtendo um ar puro e livre de vírus e bactérias causadoras de doenças respiratórias. Nele é estipulado quando as verificações e correções técnicas deverão ser executadas em cada ponto de um sistema de climatização, ar condicionado, ventilação ou aquecimento. O PMOC regulariza as atividades com base na Portaria n.º 3.523/98 do Ministério da Saúde e na Lei n.º 13.589/2018, havendo ainda informações específicas de atendimento do PMOC estabelecidas na Resolução da ANVISA nº 09/2003.

Nesta senda, não seria possível dissociar ou afastar a elaboração, implantação e execução do PMOC dos serviços a serem prestados, posto que fazem parte do objeto da licitação como um todo, e a sua implantação faz parte da finalidade pretendida com a futura contratação e que inclusive as empresas interessadas em participar do certame devem comprovar ter a capacidade técnica para tal.

Portanto, em se tratando de serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de climatização, os quais exigem a implantação do PMOC, conforme já exposto, para o qual há legislação específica (vide Lei n.º 13.589/2018, em reforço à Portaria n.º 3.523/98 do Ministério da Saúde, bem como Resolução ANVISA nº 09/2003), **é inafastável o atendimento ao que exigem as normas postas em debate, uma vez que as empresas participantes são obrigadas por lei a promover a elaboração do PMOC antes de iniciadas as atividades, não olvidando das demais condições para a regular execução dos serviços.**

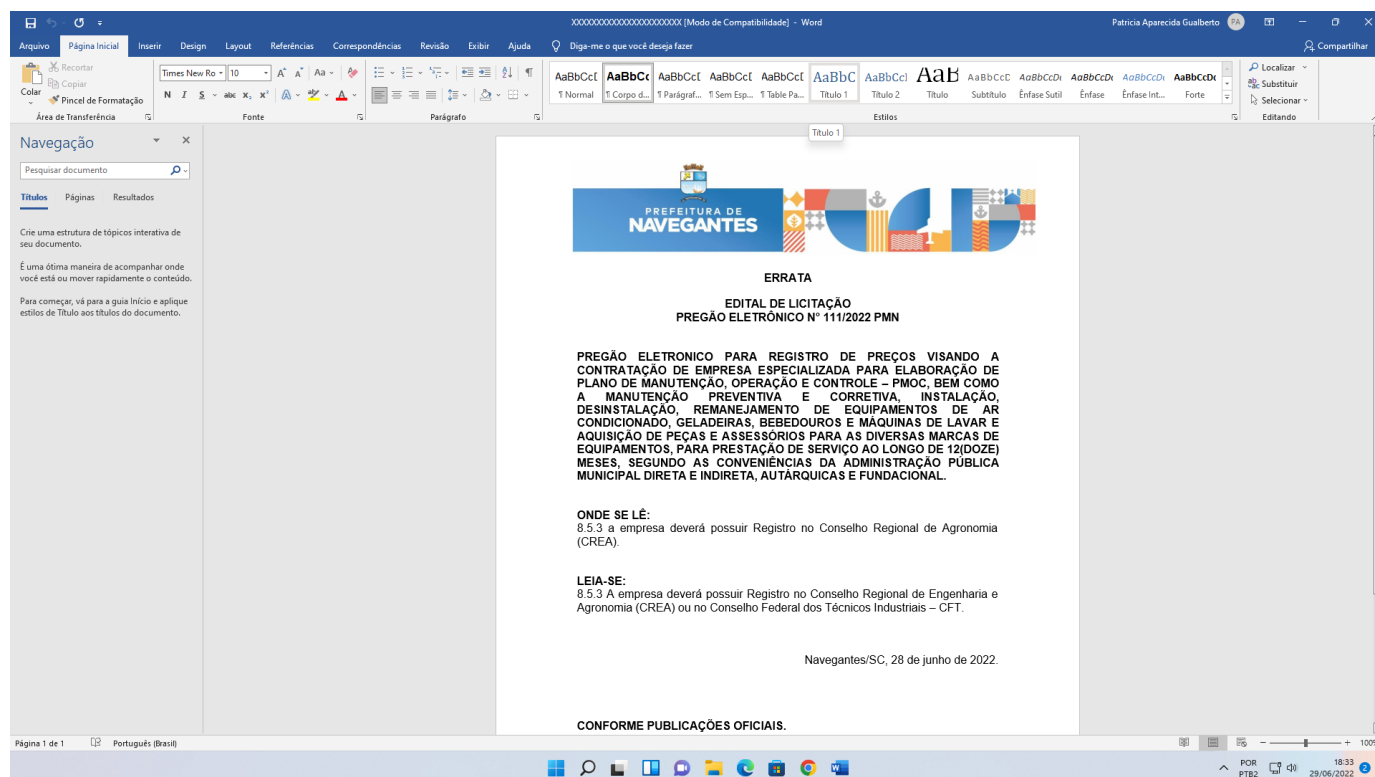
Ora, a empresa que não tiver responsável técnico pelo PMOC, sequer se enquadra entre aquelas com capacidade de atender o objeto da licitação.





## DA DECISÃO

A fim de não restringir o caráter competitivo do certame, e em face do alegado pela empresa impugnante, face de sua tempestividade e no mérito, julgar **PROCEDENTE** o pedido e **RETIFICAR** o edital em relação ao “item 8.5.3”, em atenção as normas estipuladas no art. 3º, § 1º da Lei de Licitações, sendo que as demais serão mantidas.



Publique-se **CIENTIFIQUEM-SE A EMPRESA QUESTIONANTE E DIVULGUE-SE** na internet, para dar maior conhecimento e propiciar ampla publicidade.

É a decisão.

Navegantes, 29 de junho de 2022.

**Pregoeira Titular:**  
Carla Claudino

**Equipe de Apoio:**

Patrícia Aparecida Gualberto

Anderson Muller Rodrigues

Daniel Seibert Rocha

Clailson Alisson Veloso



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

**Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!**